

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Reconhecimento de receita

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. As controladas da Companhia são responsáveis pela construção, operação e manutenção de empreendimentos de geração eólica, cujos contratos negociados no leilão de longo prazo foram estabelecidos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em virtude da existência de um risco de erro material pelo não reconhecimento adequado da receita. Dado o potencial impacto que tal assunto poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita de acordo com o período de competência; (ii) o exame documental de todos os contratos de compra e venda de energia com o objetivo de avaliar sua substância econômica em relação às atividades da Companhia e o adequado tratamento contábil; (iii) o recálculo dos ajustes contratuais, de acordo com o predisposto nos contratos de energia; e (iv) o envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação-suporte de auditoria e supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios para reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Monitoramento do cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants")

A Companhia mantém contrato de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e operação de debêntures com esforços restritos, ambos com cláusulas restritivas ("covenants"). Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas desses instrumentos, estas poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizada pela Administração da Companhia. Esses instrumentos preveem "covenants" financeiros e não financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que, apesar de não haver nenhum descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2018, os saldos envolvidos são materiais para a nossa auditoria, bem como a Companhia possui fianças com instituições financeiras atreladas à conclusão ("completion") física e financeira do projeto de implantação dos parques eólicos, conforme condições previstas nos contratos, e que também impactam o cálculo dos "covenants".

Dessa forma, o assunto requereu nossa maior atenção quanto ao cálculo dos índices financeiros e ao atendimento aos índices não financeiros, e, portanto, foi considerado um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes da Companhia relacionados aos processos de monitoramento e cálculo dos "covenants" implantados pela Administração; (ii) discussões com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos "covenants" financeiros e atendimento das cláusulas não financeiras; (iii) a avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos instrumentos de dívida; (iv) a análise dos cálculos elaborados pela Administração; e (v) a análise das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os processos de monitoramento da situação financeira adotados pela Administração para os "covenants", assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de abril de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	46	84	2.052	9.000	Fornecedores	13	35	240	1.114	3.956
Títulos e valores mobiliários	5	10	2.797	6.350	3.335	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	12.179	1.983
Contas a receber	6	-	-	3.589	20.664	Debêntures	14	547	3.128	547	3.128
Impostos e contribuições a recuperar		11	3	185	35	Dividendos a pagar		1.468	5.005	1.468	5.005
Dividendos a receber	27	-	5.084	-	-	Obrigações trabalhistas		-	-	10	-
Outros ativos		11	217	1.036	528	Obrigações tributárias		3	43	1.163	2.098
Total dos ativos circulantes		78	8.185	13.212	33.562	Outros passivos	16	-	-	728	5.079
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	8.352	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	165.025	154.586
Partes relacionadas		-	13.672	-	-	Debêntures	14	42.442	40.989	42.442	40.989
Ações preferenciais resgatáveis	8	42.888	48.000	-	-	Partes relacionadas	10	-	20.706	-	20.706
Investimentos	9	89.462	96.752	-	-	Outros passivos		-	-	495	921
Imobilizado	11	-	-	291.396	301.255	Total dos passivos não circulantes		42.442	61.695	207.962	217.202
Intangível	12	-	-	144	132	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		132.350	158.424	299.892	301.387	Capital social	18	80.431	80.431	80.431	80.431
						Reserva legal		1.054	1.054	1.054	1.054
						Lucros acumulados		6.448	15.013	6.448	15.013
						Total do patrimônio líquido		87.933	96.498	87.933	96.498
TOTAL DOS ATIVOS		132.428	166.609	313.104	334.949	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		132.428	166.609	313.104	334.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	19	-	-	37.824	27.860
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	20	-	-	(18.539)	(2.711)
LUCRO BRUTO		-	-	19.285	25.149
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	20	(220)	(416)	(538)	(1.048)
Outras receitas operacionais		-	-	267	
Equivalência patrimonial	9	(619)	21.722	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(839)	21.306	19.014	24.101
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	22	38	58	890	203
Despesas financeiras	22	(5.756)	(226)	(24.917)	(2.236)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.718)	(168)	(24.027)	(2.033)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	23	-	-	(1.544)	(930)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(6.557)	21.138	(6.557)	21.138
Média ponderada de ações integralizadas - em milhares		80.431	68.165		
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		(0,08152)	0,31010		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(6.557)	21.138	(6.557)	21.138
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(6.557)</u>	<u>21.138</u>	<u>(6.557)</u>	<u>21.138</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		62.032	-	-	(66)	61.966
Aumento de capital em dinheiro		18.399	-	-	-	18.399
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.138	21.138
Constituição de reserva legal	18	-	1.054	-	(1.054)	-
Distribuição de dividendos (R\$0,07342 por ação)	18	-	-	-	(5.005)	(5.005)
Constituição de reserva de lucros		-	-	15.013	(15.013)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>15.013</u>	<u>-</u>	<u>96.498</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.557)	(6.557)
Compensação de reserva de lucros		-	-	(6.557)	6.557	-
Distribuição de dividendos (R\$0,24975 por ação)	18	-	-	(2.008)	-	(2.008)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>80.431</u>	<u>1.054</u>	<u>6.448</u>	<u>-</u>	<u>87.933</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.557)	21.138	(6.557)	21.138
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11	-	-	13.128	1.133
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	5.401	227	20.745	2.223
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	22	(38)	(58)	(890)	(203)
Resultado de equivalência patrimonial	9	619	(21.722)	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	17.075	(20.664)
Impostos a recuperar		(8)	(3)	(150)	(35)
Outros ativos		206	(217)	(508)	(294)
Fornecedores		(205)	240	(2.842)	1.019
Obrigações trabalhistas		-	-	10	-
Obrigações tributárias		(42)	43	920	2.065
Outros passivos		-	-	(4.777)	6.000
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.520)	-	(14.429)	(4.946)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.857)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(4.144)</u>	<u>(352)</u>	<u>19.868</u>	<u>7.436</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		2.825	(2.739)	(10.477)	(3.132)
Dividendos recebidos	16.2	11.755	-	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(3.281)	(233.303)
Integralização de capital em investidas		-	(18.148)	-	-
Partes relacionadas		13.672	(13.672)	-	-
Ações preferenciais resgatáveis		5.112	(48.000)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>33.364</u>	<u>(82.559)</u>	<u>(13.758)</u>	<u>(236.435)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de capital		-	18.399	-	18.399
Dividendos pagos		(5.544)	-	(5.544)	-
Captação de debêntures		-	48.000	-	48.000
Custos a amortizar debêntures	14 e 15	295	(4.110)	295	(4.110)
Captação de empréstimos	14 e 15	-	-	20.447	225.000
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.303)	-	(7.550)	(70.000)
Partes relacionadas		<u>(20.706)</u>	<u>20.706</u>	<u>(20.706)</u>	<u>20.706</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(29.258)</u>	<u>82.995</u>	<u>(13.058)</u>	<u>237.995</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(38)</u>	<u>84</u>	<u>(6.948)</u>	<u>8.996</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício		84	-	9.000	4
Saldo no fim do exercício		46	84	2.052	9.000
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(38)</u>	<u>84</u>	<u>(6.948)</u>	<u>8.996</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., "Sociedade por Ações" de capital fechado, está sediada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP- 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.997. A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2018	2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>		

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas à estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real – R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas recebem a classificação de "empréstimos e recebíveis" e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras vinculadas, dividendos a receber, ações preferenciais resgatáveis em controladas mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

(ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(iii) Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foi constituído provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros – passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente a IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes e a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

a) CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e CPC 30 - Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Após análises realizadas, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras dado que o controle e todos os direitos e benefícios das vendas de produtos e prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da realização da transação ou na aferição do benefício do próprio serviço.

b) CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor por meio de outros resultados abrangentes (OCI), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A IFRS 9 introduziu um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado. A Companhia e suas controladas não aplicaram a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em todo o contas a receber de clientes.

Além dos efeitos nas provisões por inadimplência de recebíveis de clientes mencionadas acima, a adoção da IFRS 9 teve impacto na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, conforme segue:

<u>Ativo/Passivo financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ações preferenciais resgatáveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRS emitidas pelo IASB e os respectivos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ainda não em vigor são:

- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019).

Os contratos da Companhia, especificamente de suas controladas, que se enquadram no escopo da IFRS 16, são os contratos de arrendamento de terrenos onde está localizado o parque eólico, com prazo de vigência pelo prazo de 35 anos, conforme a autorização de atuação como produtora independente de energia elétrica, mencionado na nota explicativa nº 2.2.

Desta forma, o efeito esperado do registro consolidado do: (i) ativo de direito de uso; e do (ii) passivo de arrendamento no balanço da Companhia é R\$1.420, apurado com base nos critérios estabelecidos pela nova norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	-	-	1	1
Depósitos bancários	<u>46</u>	<u>84</u>	<u>2.051</u>	<u>8.999</u>
	<u>46</u>	<u>84</u>	<u>2.052</u>	<u>9.000</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>10</u>	<u>2.797</u>	<u>6.350</u>	<u>3.335</u>
	<u>10</u>	<u>2.797</u>	<u>6.350</u>	<u>3.335</u>

(*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os rendimentos médios foram de 97,63% (97,91% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2017).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	98	12.034
Fornecimento contratual de energia - CER (b)	3.006	2.877
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (c)	485	-
Receita de energia contratual - CER retida pelo CONER - não faturada (d)	-	<u>5.753</u>
	<u>3.589</u>	<u>20.664</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidadas no Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo referente contratos de energia de reserva.

(c) Saldo referente superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva - CER.

- (d) Saldo retido pelo CONER, contratos de Energia de Reserva, devido ao atraso da entrada em operação comercial, com realização prevista no contrato. Conforme cláusula 7.8 do contrato CONER, quando ocorre atraso na entrada em operação, a receita contratual é retida e será utilizada para cobrir os déficits de geração.

A controlada Eólica Serra das Vacas V S.A. apurou déficit de geração ao final do primeiro ciclo que se encerrou em setembro de 2018, sendo assim, o saldo a receber do CONER foi utilizado como abatimento a obrigação de ressarcimento do déficit. Para controlada Eólica Serra das Vacas VII S.A., foi apurado superávit no primeiro ciclo e recebido, totalidade do valor retido.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo (*)	<u>8.352</u>	<u>-</u>

- (*) Refere-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os rendimentos médios foram de 88,36%.

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 15.

8. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>42.888</u>	<u>48.000</u>

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 15.763.124. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas V S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$47.525. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$42.888, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas V S.A.	8.212.303	24.000	221	23.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	7.550.821	24.000	254	23.746
	<u>15.763.124</u>	<u>48.000</u>	<u>475</u>	<u>47.525</u>

	2017				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital			Saldo 31/12/2017
		30/11/2017	Valor resgatado	Total reserva	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	23.779	-	23.779	24.000
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	23.746	-	23.746	24.000
	<u>475</u>	<u>47.525</u>	<u>-</u>	<u>47.525</u>	<u>48.000</u>

	2018				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de CAPITAL			Saldo 31/12/2018
		31/12/2017	Valor resgatado	Total reserva	
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	23.779	(2.556)	21.223	21.444
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	23.746	(2.556)	21.190	21.444
	<u>475</u>	<u>47.525</u>	<u>(5.112)</u>	<u>42.413</u>	<u>42.888</u>

9. INVESTIMENTOS

A composição do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora	
	2018	2017
Avaliação patrimonial	<u>89.462</u>	<u>96.752</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

Controlada	2018				
	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2018
Eólica Serra das Vacas V S.A.	43.779	-	(592)	(2.899)	40.288
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	52.973	-	(27)	(3.772)	49.174
	<u>96.752</u>	<u>-</u>	<u>(619)</u>	<u>(6.671)</u>	<u>89.462</u>
Controlada	2017				
	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	30.923	6.351	8.479	(1.974)	43.779
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	31.043	11.797	13.243	(3.110)	52.973
	<u>61.966</u>	<u>18.148</u>	<u>21.722</u>	<u>(5.084)</u>	<u>96.752</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	154.925	(114.637)	(40.288)	(592)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	157.101	(108.927)	(48.174)	(27)
	<u>313.026</u>	<u>(223.564)</u>	<u>(89.462)</u>	<u>(619)</u>
Empreendimentos	2017			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	167.290	(123.511)	(43.779)	8.479
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	164.557	(111.584)	(52.973)	13.243
	<u>331.847</u>	<u>(235.095)</u>	<u>(96.752)</u>	<u>21.722</u>

10. PARTES RELACIONADAS

Contratos de mútuo

Apresentamos a seguir os respectivos saldos de mútuos ativos e passivos:

<u>Ativo</u>	Controladora	
	2018	2017
Eólica Serra das Vacas V S.A.	-	9.282
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	-	4.390
Total (a)	-	13.672

<u>Passivo</u>	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
PEC Energia S.A. (b)	-	20.706

- (a) Refere-se a mútuo entre a Companhia e suas controladas com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos temporariamente.
- (b) Refere-se a mútuo entre a Companhia e sua controladora com o objetivo de obter capital de giro para financiar a construção dos empreendimentos das controladas indiretas temporariamente.

Os contratos (a) e (b) estão pendentes de formalização. Os saldos não possuíam vencimento predeterminado e não eram sujeitos a encargos financeiros.

Em 15 de março de 2018, a Companhia liquidou os mútuos entre as SPEs e a controladora PEC Energia S.A. no valor de R\$13.672 e R\$20.706, respectivamente

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	Consolidado							Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamento a fornecedores	Material depósito	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	593	-	-	5.721	2.576	53.335	-	62.245
Aquisições	75	30.666	235.569	24.311	-	(52.380)	1.661	239.900
Transferências	(668)	(30.666)	(235.569)	(30.032)	(2.576)	(975)	-	(300.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	1.661	1.661
Aquisições	-	-	-	-	-	-	466	466
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	-	-	2.127	2.127

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado				Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	243	-	243
Transferências	668	27.548	272.261	7	300.484
Depreciações	-	(81)	(1.052)	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	668	27.467	271.452	7	299.594
Aquisições	-	2.717	86	7	2.803
Depreciações	-	(997)	(12.131)	-	(13.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	668	29.187	259.407	7	289.269
Segregado em:					
Custo	668	30.266	272.633	7	303.574
Depreciação acumulada	-	(1.078)	(13.227)	-	(14.305)
	668	29.188	259.406	7	289.269
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	16,0	
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	6,25	
Total do ativo imobilizado					291.396

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Aquisição	132	-	132
Saldos em 31 de dezembro de 2017	132	-	132
Aquisição	-	12	12
Saldos em 31 de dezembro de 2018	132	12	144
Segregado em:			
Custo	132	12	144
	132	12	144
Vida útil média - em anos		5	-
Taxa média de depreciação - em %		20	-

13. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores de materiais e serviços	35	240	1.114	3.956

14. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debentures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Principal e juros incorridos	46.805	48.227
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(3.816)</u>	<u>(4.110)</u>
	<u>42.989</u>	<u>44.117</u>
Segregado entre:		
Circulante	547	3.128
Não circulante	<u>42.442</u>	<u>40.989</u>
	<u>42.989</u>	<u>44.117</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2020	561
2021	842
2022	1.787
2023	2.267
2024	2.488
2025 – 2029	24.855
2030 – 2031	<u>13.416</u>
	<u>42.442</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações debêntures	48.000
Juros incorridos	280
Amortização de juros	(53)
Adição custos a amortizar	(4.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>44.117</u>
Juros incorridos	5.401
Amortização de juros	(3.520)
Amortização de principal	(3.303)
Apropriação custos a amortizar	295
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>42.989</u></u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Principal e juros incorridos	<u>177.204</u>	<u>156.568</u>
Segregado entre:		
Circulante	12.179	1.983
Não circulante	<u>165.025</u>	<u>154.586</u>
	<u>177.204</u>	<u>156.569</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2020	11.581
2021	11.581
2022	11.581
2023	11.581
2024	11.581
2025 – 2029	57.903
2030 – 2034	49.217
	<u>165.025</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2018, e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações do financiamento	155.000
Juros incorridos	1.569
Saldo em 31 de dezembro de 2017	156.569
Liberações do financiamento	20.447
Juros incorridos	15.344
Amortização de juros	(10.909)
Amortização de principal	(4.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>177.204</u>

Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

16. OUTROS PASSIVOS

O atraso da entrada em operação comercial das controladas da Companhia em 2017, gerou um déficit de cumprimento da obrigação contratual com o Contrato de Energia de Reserva - CER; contudo, em setembro de 2018 a companhia encerra o primeiro ano contratual, sendo a controlada Eólica Serra das Vacas V apura obrigação de ressarcimento anual por déficits de geração, em dezembro de 2018, cumpre sua obrigação de ressarcimento com o saldo retido pelo CONER e a controlada Eólica Serra das Vacas VII apura superávit de geração, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

	2017		
	Curto prazo	Longo prazo	Total da obrigação
<u>Empreendimentos</u>			
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2.859	472	3.331
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	2.220	449	2.669
	<u>5.079</u>	<u>921</u>	<u>6.000</u>
	2018		
	Curto prazo	Longo prazo	Total da obrigação
Eólica Serra das Vacas V S.A.	728	495	1.223
	<u>728</u>	<u>495</u>	<u>1.223</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de registro de constituição para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431, dividido em 80.431.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

<u>Acionista</u>	Controladora		
	Capital Subscrito	Quantidade de ações	%
Serra das Vacas Participações S.A.	80.431	80.431.200	100%
	<u>80.431</u>	<u>80.431.200</u>	<u>100%</u>

Em 31 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o aumento de capital social no montante de R\$18.399, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 27 de setembro de 2018, foi realizado o leilão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras nº 01/2018, onde foi colocado à venda 49% da participação acionaria da Eletrobras na Eólica Serra das Vacas Holding S.A. A participação foi arrematada pela atual acionista Serra das Vacas Participações S.A. e a mesma deverá cumprir com o previsto nos itens 17 e 18 do edital do leilão. O leilão foi adjudicado em reunião da Comissão de Alienação do leilão, realizada em 24 de outubro e homologado em 29 de outubro de 2018, pela reunião da diretoria Executiva da Eletrobras, conforme comunicado nº 10 Edital Eletrobras nº 01/2018. Logo, fica a Eletrobras autorizada a prosseguir com a alienação, onde o próximo passo será a celebração do contrato de compra e venda, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2019, dentre outras condições precedentes, para finalização da venda e transferência das ações.

Em 29 de novembro de 2018, foi assinado o contrato de compra e venda entre a Controladora Eólica Serra das Vacas Participações S.A. e a Eletrobras, e para conclusão da operação falta a anuência da totalidade dos credores, estando pendente a concessão de anuência dos Debenturistas.

18.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

18.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia propôs dividendos de R\$2.008 (R\$5.005 em 31 de dezembro de 2017).

19. RECEITA LÍQUIDA

..	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica - auferido no mercado Livre - MCP	862	26.449
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva - CER	35.137	8.629
Sobras e déficit da obrigação contratual - CER	3.449	(6.000)
Total receita bruta	<u>39.448</u>	<u>29.077</u>
(-) Deduções:		
PIS	(262)	(191)
COFINS	(1.209)	(880)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(153)	(146)
Total	<u>(1.624)</u>	<u>(1.217)</u>
Total de receita líquida	<u><u>37.824</u></u>	<u><u>27.860</u></u>

20. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia	(835)	-
Depreciação e amortização	(13.128)	(1.133)
Despesa com pessoal	(447)	(2)
Serviços de terceiros	(2.409)	(900)
Arrendamentos	(406)	(86)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(1.775)	(538)
Seguro operacional	(72)	-
Material	(247)	(44)
Outros	780	(8)
	<u><u>(18.539)</u></u>	<u><u>(2.711)</u></u>

21. RECEITAS (DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de terceiros	(97)	(329)	(384)	(958)
Outras receitas	-	-	267	-
	<u>(220)</u>	<u>(416)</u>	<u>(271)</u>	<u>(1.048)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:				
Títulos e valores mobiliários	38	58	38	58
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(5.401)	(226)	(5.401)	(226)
IOF	(2)	-	(2)	-
Comissões e "waiver fee"	(24)	-	(24)	-
Outras despesas	(329)	-	(329)	-
	<u>(5.756)</u>	<u>(226)</u>	<u>(5.756)</u>	<u>(226)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.718)</u>	<u>(168)</u>	<u>(5.718)</u>	<u>(168)</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	-	145	-	145
Títulos e valores mobiliários	890	58	890	58
	<u>890</u>	<u>203</u>	<u>890</u>	<u>203</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(20.744)	(2.236)	(20.744)	(2.236)
IOF	(398)	-	(398)	-
Comissões e "waiver fee"	(3.306)	-	(3.306)	-
Outras Despesas	(469)	-	(469)	-
	<u>(24.917)</u>	<u>(2.236)</u>	<u>(24.917)</u>	<u>(2.236)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(24.027)</u>	<u>(2.033)</u>	<u>(24.027)</u>	<u>(2.033)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Controladas			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	39.448	39.448	29.077	29.077
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.156	4.734	2.326	3.489
Receitas financeiras	853	853	156	156
Base de cálculo	4.276	5.854	2.482	3.645
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(641)	(525)	(373)	(326)
Adicional de IRPJ	(379)	-	(231)	-
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(1.020)</u>	<u>(525)</u>	<u>(604)</u>	<u>(326)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Hierarquia de valor justo	Controladora		
		Classificação	2018	2017
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo através do resultado	46	84
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Valor justo através do resultado	10	2.797
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Nível 2	Custo amortizado	42.888	48.000
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	35	240
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	42.989	44.117
Partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	20.706
Consolidado				

	Hierarquia de valor justo	Classificação	2018	2017
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo através do resultado	2.052	9.000
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	Valor justo através do resultado	6.350	3.335
Contas a receber	Nível 2	Valor justo através do resultado	3.589	20.664
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	1.114	3.956
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	177.204	156.569
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	42.989	44.117

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.997. A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 3,75%.
- TJLP: 6,98%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 6,40%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2018	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	10	CDI	1	1	1
Debêntures	(42.989)	IPCA + 7,31%	(4.755)	(5.943)	(7.132)
	<u>(42.979)</u>		<u>(4.754)</u>	<u>(5.942)</u>	<u>(7.131)</u>
			Cenário		
Consolidado	2018	Índice ao ano	Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(42.989)	IPCA + 7,31%	(4.755)	(5.944)	(7.133)
Empréstimos e financiamentos	(177.204)	TJLP + 2,46%	(16.728)	(20.910)	(25.092)
Aplicações financeiras vinculadas	8.352	CDI	535	669	803
Títulos e valores mobiliários	6350		406	508	609
	<u>(205.491)</u>		<u>(20.542)</u>	<u>(25.677)</u>	<u>(30.813)</u>

h) Risco de capitalização

	<u>Consolidado</u> 2018	<u>Consolidado</u> 2017
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	220.193	200.686
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	<u>16.754</u>	<u>12.335</u>
Dívida líquida	<u>203.439</u>	<u>188.351</u>
Patrimônio líquido	87.933	96.498
Índice de alavancagem financeira - %	231%	195%

25. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$1.600 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- b) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$550 ao ano, com vencimento em 2049, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

26. SEGUROS (*)

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	5.000	19/12/2018	19/12/2019	Controladora e controladas
Riscos operacionais Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2018	19/12/2019	Controladas

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2018		2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Dividendos a receber	-	-	5.084	-
Dividendos a pagar	1.468	1.468	5.005	5.005
Juros capitalizados	-	-	-	4.519
Fornecedores	-	-	-	2.210

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 5 de abril de 2019.
